



Luiza Administradora de Consórcios LTDA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE DEZEMBRO DE 2021**

consórcio
Magalu

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado dos exercícios	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as nossas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e as demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, bem como as notas explicativas sobre as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes.

Atualmente a Luiza Administradora de Consórcios Ltda. possui 119 grupos em andamento, com 93.772 consorciados ativos e foram entregues até o encerramento do exercício 38.699 bens e serviços. No exercício registrou Lucro Líquido de R\$ 11,383 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 60,809 milhões, Ativos Totais de R\$ 86,672 milhões e Receita de serviços de R\$ 140,690 milhões. Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários referentes aos títulos públicos os quais não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Agradecemos aos nossos consorciados, aos fornecedores e, especialmente, aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e a credibilidade, e permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Franca, 31 de dezembro de 2021

A ADMINISTRAÇÃO.

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

**Acionistas, Cotistas e aos Administradores da
Luiza Administradora de Consórcios Ltda.**

Franca – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luiza Administradora de Consórcios Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercícios findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Luiza Administradora de Consórcios Ltda., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Luiza Administradora de Consórcios Ltda. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Luiza Administradora de Consórcios Ltda. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Luiza Administradora de Consórcios Ltda.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

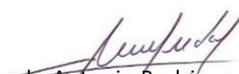
continuidade operacional da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Luiza Administradora de Consórcios Ltda. a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Luiza Administradora de Consórcios LTDA.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	2021		2020	
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades		1.500	2.108		2.980
Instrumentos financeiros - Aplicação financeira	4	7.810	11.939		-
Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários	5	60.577	47.033		18.389
Outros valores e bens	6	7.069	8.573		21.369
Total do ativo circulante	7	76.956	69.653		
Não circulante					
Ativos fiscais diferidos	15b	958	782		1.919
Outros valores e bens	7	5.115	2.113		1.919
Imobilizado de uso	8	2.326	2.312		
Intangível	8	1.287	557		
Total do ativo não circulante		9.686	5.764		
Total do Ativo		86.642	75.417		
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Obrigações fiscais e previdenciárias	9	2.465			2.980
Obrigações sociais e estatutárias	9	2.703			-
Outros valores	9	18.382			18.389
Total do passivo circulante		23.550			21.369
Não circulante					
Provisões	10	2.283			1.919
Total do passivo não circulante		2.283			1.919
Total do passivo		25.833			23.288
Patrimônio líquido					
Capital social	11a	50.050			6.500
Reserva legal	11c	2.241			1.672
Reserva de lucros	11c	8.201			43.640
Ajuste de avaliação patrimonial	11c	317			317
Total do patrimônio líquido		60.809			52.129
Total do Passivo e Patrimônio líquido		86.642			75.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**Demonstrações do resultado dos exercícios**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2021		2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da Intermediação financeira		2.452	3.328	1.525
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.452	3.328	1.525
Despesas da Intermediação financeira		(126)	(410)	(294)
Despesas financeiras	14	(126)	(410)	(294)
Resultado de intermediação financeira		2.326	2.918	1.231
Outras receitas operacionais		75.591	140.740	106.254
Receitas com prestação de serviços	12	75.570	140.690	106.153
Outras receitas operacionais		21	50	101
Principais despesas operacionais		(67.663)	(128.025)	(96.552)
Despesas de pessoal	13	(15.627)	(29.374)	(22.859)
Outras despesas administrativas	14	(43.773)	(84.213)	(60.199)
Despesas tributárias		(6.200)	(11.183)	(8.941)
Despesas provisões	14	(2.063)	(3.255)	(4.553)
Provisão para participação no resultado		(1.676)	(2.715)	(2.649)
Provisão contingências		(387)	(920)	(1.524)
Provisão campanhas comerciais		-	380	(380)
Resultado operacional		10.254	15.633	10.933
Resultado não operacional		-	-	-
Resultado antes dos tributos e participações		10.254	15.633	10.933
Tributos e participações sobre o lucro	15	(2.502)	(4.250)	(3.493)
Provisão para imposto de renda - corrente		(1.867)	(3.053)	(2.644)
Provisão para imposto de renda - diferido		72	(4)	145
Provisão para contribuição social - corrente		(733)	(1.192)	(1.046)
Provisão para contribuição social - diferido		26	(1)	52
Lucro líquido do semestre e exercícios		7.752	11.383	7.440
Lucro líquido por cota (em Reais)		0,15	0,23	1,14
Quantidade de cotas – por lote de mil cotas		50.050	50.050	6.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**Demonstrações dos resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Demonstrações dos resultados abrangentes	Nota explicativa	2021		2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido		7.752	11.383	7.440
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	480
feito dos impostos		-	-	(163)
	11c	-	-	317
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		-	-	317
Total dos resultados abrangentes do semestre e exercícios, líquidos de impostos		7.752	11.383	7.757
Atribuível aos:				
Acionistas controladores:		7.752	11.383	7.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucro do semestre / exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		6.500	1.300	36.572	-	-	44.372
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.440	-	7.440
Destinações							
Reserva legal	11	-	372	-	(372)	-	-
Dividendos distribuídos	11	-	-	7.068	(7.068)	-	-
Reserva lucros	11	-	-	-	-	317	317
Total das movimentações		-	372	7.068	-	317	7.757
Saldo em 31 de dezembro de 2020		6.500	1.672	43.640	-	317	52.129
Aumento de Capital Social	11	43.550	-	(43.550)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.383	-	11.383
Destinações							
Reserva legal	11	-	569	-	(569)	-	-
Reserva lucros	11	-	-	8.111	(8.111)	-	-
Dividendos distribuídos	11	-	-	-	(2.703)	-	(2.703)
Outros resultados Abrangentes	11	-	-	-	-	-	-
Total das movimentações		43.550	569	(35.439)	-	-	8.680
Saldos em 31 de dezembro de 2021		50.050	2.241	8.201	-	317	60.809
Saldo em 30 de junho de 2021		6.500	1.672	47.271	-	317	55.760
Aumento de Capital Social	11	43.550	-	(43.550)	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	7.752	-	7.752
Destinações							
Reserva legal	11	-	569	-	(569)	-	-
Reserva lucros	11	-	-	4.480	(4.480)	-	-
Dividendos distribuídos	11	-	-	-	(2.703)	-	(2.703)
Outros resultados Abrangentes	11	-	-	-	-	-	-
Total das movimentações		43.550	569	(39.070)	-	-	5.049
Saldos em 31 de dezembro de 2021		50.050	2.241	8.201	-	317	60.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiza Administradora de Consórcios LTDA.**Demonstrações do fluxo de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2021		2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre e exercícios		7.752	11.383	7.440
Ajustes para conciliar o lucro líquido do semestre e exercícios ao caixa grado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	8	483	919	1.227
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10	842	920	1.524
Resultado na venda de ativo imobilizado		-	-	144
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		2.502	4.250	3.493
Lucro líquido do semestre e exercícios ajustados		11.579	17.472	13.828
Aumento e redução de ativos e passivos:				
(Aumento) redução de instrumentos financeiros		(6.936)	(9.415)	(9.087)
(Aumento) redução de outros créditos		(3.323)	(1.679)	(2.948)
Aumento (redução) de outras obrigações		(213)	(3.820)	6.949
Aumento e redução de ativos e passivos:		(10.472)	(14.914)	(5.086)
Pagamento contingências	10	(533)	(555)	(272)
Imposto de renda e contribuição social pagos		267	(948)	(2.935)
Fluxo de caixa gerado pelas(aplicado nas) atividades operacionais		841	1.055	5.535
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	8	(216)	(648)	(2.287)
Aquisição de intangível		(270)	(1.015)	(276)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(486)	(1.663)	(2.563)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos		-	-	(2.610)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	-	(2.610)
Aumento (redução) do saldo de disponibilidades		355	(608)	362
Disponibilidades no início do semestre e exercício		1.145	2.108	1.746
Disponibilidades no fim do semestre e exercício		1.500	1.500	2.108
Aumento (redução) do saldo de disponibilidades		355	(608)	362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiza Administradora de Consórcios LTDA.

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Disponibilidades no início do semestre e exercícios	233.423	197.964	176.339
Disponibilidades	3.171	4.269	6.426
Aplicações financeiras dos grupos	8.161	4.747	2.409
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	222.091	188.948	167.504
Recursos coletados	352.101	641.286	493.142
Contribuições para aquisição de bens	259.236	474.331	371.023
Taxa de administração	69.486	130.261	98.172
Contribuições ao fundo de reserva	4.342	8.202	7.022
Rendimentos de aplicações financeiras	8.317	10.098	479
Multas e juros moratórios	1.128	2.000	608
Prêmios de seguros	2.189	4.430	4.825
Outros	7.403	11.964	11.013
Recursos utilizados	(314.622)	(568.348)	(471.517)
Aquisição de bens	(221.968)	(394.122)	(332.781)
Taxa de administração	(70.910)	(132.742)	(100.450)
Multas e juros repassados à Administradora	(559)	(993)	(293)
Prêmios de seguros	(2.178)	(4.426)	(4.923)
Devolução a consorciados desligados	(7.493)	(15.156)	(14.810)
Outros	(11.514)	(20.909)	(18.260)
Disponibilidades no fim dos semestre e exercícios	270.902	270.902	197.964
Disponibilidades	2.570	2.570	4.269
Aplicações financeiras	9.579	9.579	4.747
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	258.753	258.753	188.948
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Luiza Administradora de Consórcios Ltda (“Consórcio Magalu”) foi constituída em 5 de setembro de 1990. Tem como Controladora a empresa o Magazine Luiza S.A., que atua no comércio varejista desde a década de 50. As suas operações consistem na administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

Com sede em Franca/SP, situada na Rua Do Comércio, 1.924 – Centro, o Consórcio Magalu disponibiliza cartas de crédito em todas as mais de 1.481 lojas do Magazine Luiza, contando ainda com mais de 819 gestores de negócios em todo Brasil e 293 colaboradores.

2 Elaboração e publicação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para empresas administradoras de consórcio, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desse modo, para atender a resolução mencionada foram realizadas alterações no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Recursos de Consórcio, a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e a quantidade de consorciados excluídos.

As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da Administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira consolidada desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, conforme a Carta-Circular Bacen nº 3.147/04.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Administradora em 31 de março de 2021.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas para o registro e a avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

3.1 Administradora

a. *Resultado das operações*

A apuração do resultado é efetuada segundo o regime de competência, exceto pela taxa de administração dos grupos de consórcio, que é reconhecida como receita quando do efetivo recebimento das parcelas, conforme art. 8º, §2º, da Circular nº 2.381/93, do Banco Central do Brasil, e pela despesa com comissões sobre vendas das cotas de consórcio, que são pagas e registradas no resultado quando da realização da venda.

Conforme disposto pela Resolução BCB nº02/2020, eventuais resultados não recorrentes serão apresentados de forma segregada dos resultados recorrentes.

b. *Disponibilidades*

São representados por depósitos bancários disponíveis, aplicações no mercado aberto e aplicações em renda fixa, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. *Instrumentos financeiros*

São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Conforme a intenção da Administração, os títulos e valores mobiliários da Administradora foram classificados como sendo para "negociação", exceto os papéis apresentados na Nota Explicativa nº 6 que foram classificados como para "disponíveis para venda".

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. *Outros ativos*

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste do valor de realização.

e. *Imobilizado de uso e intangível*

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

O intangível é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

f. *Avaliação do valor recuperável de ativos*

Conforme Circular Bacen nº 3.387/08, que aprovou o pronunciamento técnico CPC1, os ativos estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito à perda do seu valor recuperável durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

g. *Provisões, Ativos e passivos contingentes*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular Bacen nº 3.484/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25, sendo os principais critérios os seguintes:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Provisões para riscos - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação judicial, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Passivos contingentes - Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil.

h. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 20 mensais. A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias oriundas da provisão de passivos contingentes, campanha de vendas, participação nos resultados e propaganda e publicidade, utilizando-se as alíquotas vigentes na data do balanço.

i. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

j. Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre partes relacionadas é efetuada em consonância com a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.463/09, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 05, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

k. Lucro por cota

De acordo com a constituição da Administradora, não temos a obrigatoriedade para distribuição de lucro por cota. No entanto, quando solicitado pela controladora (Magazine Luiza S.A.) e havendo sobra de caixa, ocorre a distribuição de dividendos.

l. Reserva legal

É constituída de acordo com a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.273/87, que determina a constituição desta reserva pelas empresas que utilizam o COSIF (plano contábil das instituições do sistema financeiro). Tem como finalidade assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada para aumentar o capital da empresa ou absorver os prejuízos contábeis.

3.2 Grupos de consórcio

Os ativos e passivos circulantes estão representados, principalmente, pelas contas a seguir, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, conforme determina o modelo de publicação do Banco Central do Brasil.

a. Aplicações financeiras

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos.

b. Direitos com consorciados contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados, registrados pelos valores de realização, referentes às parcelas vincendas do fundo comum e do fundo de reserva.

- c. *Previsão mensal de recursos a receber de consorciados*
Representa a previsão, com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras, de recebimento das contribuições (do fundo comum e do fundo de reserva) dos consorciados, inclusive em atraso, para o mês subsequente ao do balanço.
- d. *Contribuições devidas aos grupos*
Representam a previsão de recebimento do fundo comum e do fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens ou serviços na data do balanço.
- e. *Valor dos bens ou serviços a contemplar*
Representa o valor total dos bens ou serviços a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens ou serviços na data do balanço.
- f. *Obrigações com consorciados*
Representam o fundo comum, recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços, o fundo de reserva, a taxa de administração e o seguro, recebidos de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.
- g. *Valores a repassar*
Representam os valores recebidos e ainda não repassados a terceiros pelo grupo, relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas, juros moratórios e multas rescisórias.
- h. *Obrigações por contemplações a entregar*
Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos de rendimentos financeiros.
- i. *Recursos a devolver a consorciados*
Representam os recursos a serem devolvidos a consorciados ativos pela sobra de caixa nos grupos (pagamentos a maior de parcelas), bem como os valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos relativos às respectivas contribuições ao fundo comum e ao fundo de reserva, deduzidos das multas aplicadas, ambos atualizados pela taxa de rendimentos financeiros, deduzidos de multa, quando aplicável.
- j. *Recursos dos grupos*
Representam os recursos recebidos a título de fundo de reserva, os rendimentos de aplicações financeiras, as multas, os juros moratórios retidos no grupo, as multas rescisórias retidas e a atualização de direitos com consorciados contemplados, bem como a atualização das obrigações dos itens do passivo quando ocorrer variação do preço do bem.

k. *Demonstração consolidada das variações de disponibilidades de grupos*

Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcios e os rendimentos financeiros deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens ou serviços recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do crédito e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e seguro.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, inclusive a título de pagamento da taxa de administração, decorrentes de seus diversos compromissos previstos no regulamento de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou serviços.

l. *Informações complementares sobre os grupos em andamento*

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Resolução BCB nº 2/20, apresentam as seguintes posições em:

	2021	2020
Quantidade de grupos administrados	119	96
Quantidade de consorciados ativos	93.722	84.948
Quantidade de bens ou serviços entregues nos semestres	6.018	6.782
Quantidade total de bens ou serviços entregues	38.669	37.325
Quantidade de bens ou serviços pendentes nos semestres	6.680	5.707
Quantidade de consorciados desistentes ou excluídos nos semestres	13.722	11.384
Taxa média de inadimplência	3,33%	3,84%

4 Disponibilidades

	2021	2020
Caixa e bancos	368	12
Certificado de depósito bancário	1.132	2.096
Total de disponibilidades	1.500	2.108

5 Instrumentos financeiros - Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as operações compromissadas estavam apresentadas como segue:

	Até 12 meses	2021	2020
Certificados de depósitos bancários	7.810	7.810	11.939
Total	7.810	7.810	11.939

Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações em operações compromissadas de CDBs, eram remuneradas a taxas de 97% a 112% (97% a 99% em 2020) do Depósito Interbancário (DI).

6 Instrumentos financeiros - Administradora e grupos de consórcio

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os títulos e valores mobiliários estavam apresentados como segue:

	Administradora Valor contábil		Grupos Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
<i>Títulos disponíveis para venda</i>				
Letras financeiras	7.031	6.802	-	-
<i>Títulos para negociação</i>				
Cotas de fundo de investimentos	34.466	32.408	40.508	39.038
Letras financeira tesouro nacional	860	823	105.876	60.293
Notas do tesouro nacional	2.420	2.492	16.964	8.597
Debêntures	1.355	1.536	-	-
Letras financeiras	1.513	2.972	-	-
Outros	-	-	33	5
<i>Títulos mantidos até o vencimento</i>				
Notas do tesouro nacional	6.157	-	82.586	47.074
Letras financeiras tesouro nacional	-	-	22.365	38.688
Letras financeiras	6.775	-	-	-
Total	60.577	47.033	268.332	193.695

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo Administrador do Fundo. Os fundos de investimento não são exclusivos.

A Administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da Administração.

Abertura por vencimento

Administradora	2021						2020
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor Contábil
Títulos disponíveis para venda							
Letras financeiras	-	985	6.046	7.031	7.031	-	6.802
Títulos para negociação							
Cotas de fundo de investimentos ¹	34.466	-	-	34.466	34.466	-	32.408
Letras financeiras tesouro nacional	-	-	860	860	864	(4)	823
Notas do tesouro nacional	-	-	2.420	2.420	2.621	(201)	2.492
Debêntures	-	920	435	1.355	1.360	(5)	1.536
Letras financeiras	-	-	1.513	1.513	1.518	(5)	2.972
Títulos mantidos até o vencimento							
Notas do tesouro nacional ²	-	-	6.157	6.157	6.157	-	-
Letras financeiras ³	-	327	6.448	6.775	6.775	-	-
Total	34.466	2.232	23.879	60.577	60.792	(215)	47.033

Abertura por vencimento

Grupos de consórcio	2021						2020
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor Contábil
Títulos para negociação							
Cotas de fundo de investimentos ¹	40.508	-	-	40.508	40.508	-	39.038
Letras do tesouro nacional	-	8.421	105.876	105.876	107.300	(1.424)	60.293
Notas do tesouro nacional	-	-	8.543	16.964	18.040	(1.076)	8.597
Outros	33	-	-	33	33	-	5
Títulos mantidos até o vencimento							
Notas do tesouro nacional ⁴	-	24.752	57.834	82.586	82.586	-	47.074
Letras do tesouro nacional ⁵	-	13.997	8.368	22.365	22.365	-	38.688
Total	40.541	47.170	180.621	268.332	270.832	(2.500)	193.695

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

- (1) As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos administradores dos fundos. Os respectivos fundos não são exclusivos.
- (2) Refere-se a Notas do Tesouro Nacional, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até agosto de 2024, cujo valor de mercado é de R\$ 5.766.
- (3) Refere-se a Letras Financeiras, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até outubro de 2024, cujo valor de mercado é de R\$ 6.778.
- (4) São representadas por Notas do Tesouro Nacional, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até agosto de 2026, sujeitos a encargos financeiros pós-fixados em IPCA+ entre 1,95% e 6,40%. O valor de mercado das operações é de R\$ 81.052.
- (5) Refere-se a Letras do tesouro nacional, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até setembro de 2026, cujo valor de mercado é de R\$ 22.508.

7 Outros ativos

	2021	2020
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial ⁽¹⁾	1.972	2.254
Depósitos judiciais	7	414
Empréstimo a grupos de consórcios ²⁾	6.373	6.438
Serviços prestados a receber ⁽³⁾	474	393
Adiantamento a fornecedores	3.119	378
Outros	239	809
Total	12.184	10.686
Circulante:	7.069	8.573
Não circulante:	5.115	2.113

- (1) Valor a receber de consorciados de grupos encerrados que interromperam o pagamento de suas mensalidades e foram acionados judicialmente. Os valores são registrados também no passivo e apresentados na Nota Explicativa nº 9.
- (2) Valores que são aportados pela administradora no grupo, viabilizando maiores contemplações ou para o encerramento do grupo. Esses valores serão liquidados posteriormente.
- (3) Valor a receber a título de taxa de administração de grupos de consórcios.

8 Imobilizado de uso e intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o imobilizado de uso e o intangível estavam compostos como segue:

a. Composição dos saldos

	Taxa de depreciação	2021			2020
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	4%	1.503	(427)	1.076	1.377
Moveis e utensílios	10%	578	(267)	311	310
Sistema de comunicação	10%	210	(198)	12	26
Computadores e periféricos	20%	1.755	(896)	859	498
Veículos	20%	165	(97)	68	101
Total geral		4.211	(1.885)	2.326	2.312

	Taxa de amortização	2021			2020
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20%	2.283	(996)	1.287	557
Total geral		2.283	(996)	1.287	557

b. Movimentação dos saldos

Movimentação dos saldos	Imobilizado		Intangível	
	2021	2020	2021	2020
Saldos no início do exercício	2.312	1.210	557	467
Adições	648	2.287	1.015	276
Depreciações e amortizações	(634)	(1.041)	(285)	(186)
Baixas/ Transferências	-	(144)	-	-
Saldos no fim do exercício	2.326	2.312	1.287	557

9 Outras obrigações e provisões

	2021	2020
Fiscais e previdenciárias:		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	905
PIS a recolher	157	126
COFINS a recolher	729	582
ISS a recolher	371	352
Impostos e contribuições sobre salários	1.176	958
Outros	32	57
Total de obrigações fiscais e previdências - curto prazo	2.465	2.980
Sociais e estatutárias		
Dividendos a pagar (Nota 11b)	2.703	-
Total de obrigações Sociais e Estatutárias - curto prazo	2.703	-
Outros valores:		
Recursos não procurados -Grupos ⁽¹⁾	1.989	1.805
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial ⁽²⁾	1.972	2.254
Provisão para pagamentos a efetuar	4.142	3.555
Comissões a pagar Magazine Luiza (Nota 16)	2.655	2.586
Comissões a pagar	4.833	4.939
Provisão para participação nos resultados	2.713	2.555
Outras obrigações	78	695
Total	18.382	18.389

(1) Valores não retirados por consorciados desistentes/excluídos, bem como aqueles oriundos de fundos de reserva à disposição de consorciados, relativos a grupos encerrados, estando depositados em fundos de investimentos.

(2) Valor a receber de consorciados de grupos encerrados que interromperam o pagamento de suas mensalidades e foram acionados judicialmente. Os valores são registrados também no ativo e apresentados na Nota Explicativa nº 7.

10 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam ativos contingentes registrados.

b. Provisão para riscos e passivos contingentes

As provisões para riscos são representadas por contingências cíveis, trabalhista, fiscais e administrativa com probabilidade de perda provável, conforme segue:

	Cível		Trabalhista		Administrativo		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
SalDOS no início do exercício	120	128	1.746	494	53	45	1.919	667
Constituições/atualizações	262	137	1.035	1.420	66	8	1.363	1.565
Reversão/baixas	(11)	(27)	(423)	(14)	(10)	-	(444)	(41)
Pagamentos/condenações	(206)	(118)	(349)	(154)	-	-	(555)	(272)
SalDOS no fim do exercício	165	120	2.009	1.746	109	53	2.283	1.919

Contingências cíveis - correspondem à todas as ações em que a Administradora é parte passiva (réu), as quais correspondem a ações de natureza indenizatória, revisional de contrato e outras que sejam de exclusividade da Administradora

Contingências trabalhistas - correspondem à todas as ações em que a Administradora é parte passiva (réu), as quais correspondem a ações de cunho exclusivamente trabalhista, movidas por ex-colaboradores da Administradora, bem como de outros com as quais a mesma mantenha vínculo comercial, tais como, terceirizados de vendas (gestores de negócios) e ex-colaboradores do Magazine Luiza.

Contingências administrativas - são todas aquelas de natureza administrativa que possam impactar em condenação à Administradora, as quais podem ser derivadas de reclamações por consorciados junto à Órgãos de Proteção ao Consumidor.

Em 31 de dezembro de 2021, os processos classificados como risco de perda possível correspondem ao valor de R\$ 1.259, já em 31 de dezembro de 2020, correspondiam ao valor de R\$699.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 27 de outubro de 2021, os sócios da Administradora decidiram aprovar o aumento do capital social da Sociedade em R\$ 43.550.000,00 (quarenta e três milhões e quinhentos e cinquenta mil reais), sem a emissão de novas quotas, em atendimento ao artigo 199 da Lei nº 6.404/76, por meio da capitalização de recursos disponíveis em Reserva de Lucros, passando o mesmo de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 50.050.000,00 (cinquenta milhões e cinquenta mil reais).

Assim, em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 50.050 (R\$ 6.500 em 31 de dezembro de 2020, dividido em 50.500.000 (6.500.000 em 31 de dezembro de 2019) quotas com valor nominal de R\$ 1,00.

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, são destinados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, caso aprovado em assembleia.

Em 31 de dezembro de 2021 houve destinação do lucro para a distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.703 milhões. Em 31 de dezembro de 2020 não houve a distribuição de dividendos.

c. Reserva de lucros

A Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

	2021	2020
Reserva de lucros ⁽¹⁾	8.201	43.640
Reserva legal (Circular nº 1.273/3.221) ⁽²⁾	2.241	1.672
Ajustes de Avaliação Patrimonial	317	317

(1) Constituída sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas da Administradora em atos societários pertinentes.

(2) Constituída mediante a Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, com base no lucro líquido do exercício multiplicado por 5% (cinco por cento), cuja utilização se dará com a compensação de prejuízo fiscal quando esgotados os lucros acumulados ou demais reservas ou futuro aumento de capital.

12 Receitas com prestação de serviços

A rubrica de receita com prestação de serviço no exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 era composta por:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas com taxa administração de grupos de consórcios	70.400	131.837	99.570
Rendas com outros serviços	5.170	8.853	6.583
Total	75.570	140.690	106.153

13 Despesas de pessoal

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Benefícios ⁽¹⁾	(1.438)	(2.789)	(1.992)
Encargos sobre folha ⁽²⁾	(3.423)	(6.477)	(5.344)
Proventos ⁽³⁾	(10.629)	(19.875)	(15.387)
Treinamentos	(137)	(233)	(136)
Total	(15.627)	(29.374)	(22.859)

(1) Referem-se, principalmente, a benefícios de colaboradores da Administradora.

(2) Referem-se a INSS e FGTS sobre folha de pagamentos.

(3) Referem-se, principalmente, a despesa com salários, prêmios de produção e demais despesas sobre folha.

14 Outras despesas administrativas, provisões e financeiras.

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissões ⁽¹⁾	(32.317)	(61.395)	(42.094)
Promoção e propaganda	(2.288)	(5.529)	(3.903)
Serviços técnicos especializados	(3.861)	(7.417)	(5.560)
Hospedagens e viagens	(1.306)	(1.924)	(1.156)
Depreciação e amortização	(483)	(919)	(1.227)
Aluguéis de imóveis e equipamentos	(400)	(804)	(567)
Telecomunicação e dados	(507)	(954)	(873)
Processamento de dados	(1.791)	(3.948)	(1.840)
Outras despesas ⁽²⁾	(820)	(1.323)	(2.979)
Outras despesas administrativas	(43.773)	(84.213)	(60.199)
Despesas Provisão ⁽³⁾	(2.063)	(3.255)	4.553
Despesas Financeiras	(126)	(410)	(294)
Total	(45.962)	(87.878)	(65.046)

- (1) Referem-se ao pagamento de serviços de intermediação na venda de cotas de consórcio.
- (2) Referem-se, substancialmente, à posicionamento estratégico e outros gastos administrativos e financeiros
- (3) Referem-se a provisões de contingências de natureza trabalhista e cível, provisão para participação nos resultados e provisões de campanhas comerciais.

15 Imposto de renda e contribuição social

a. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	2020	
Resultado antes da tributação	15.633	10.933
Adições e exclusões temporárias	(16)	578
Provisões não dedutíveis	(16)	578
Adições e exclusões permanentes	(2.373)	115
Inovação tecnológica	(2.346)	-
Despesas não dedutíveis	(27)	115
Compensação base negativa	-	(469)
Base de cálculo	13.244	11.157
Imposto de renda	(3.311)	(2.886)
Deduções incentivos fiscais e ajuste exercício anterior	258	242
Imposto de renda corrente	(3.053)	(2.644)
Contribuição social corrente	(1.192)	(1.046)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido	(5)	197
Total de imposto de renda e contribuição social corrente	(4.245)	(3.690)

b. Créditos tributários

Composição créditos fiscais	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social diferido	776	782
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	182	-
	958	782

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administradora possuía diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis no montante de R\$ 2.283 (R\$ 2.299 em 2020) sobre as quais foram contabilizados créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 776 (R\$ 782 em 2019).

Movimentação	2020	Constituição	Realização	2021
Provisão para riscos	1.919	1.363	(999)	2.283
Campanhas comerciais	380	-	(380)	-
	2.299	1.363	(1.379)	2.283

Expectativa de realização dos créditos tributários:

	Valor base	Diferenças temporárias		Total
		Imposto de renda	Contribuição social	
Realização				
2021	999	250	90	340
2022	1.284	320	116	436
	2.283	570	206	776

O valor presente dos créditos tributários obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do exercício foi de R\$ 662.

16 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a:

Descrição serviço	Ativo (Passivo)		Receita/(Despesa)	
	2021	2020	2021	2020
Comissão sobre vendas de consórcios nas lojas e site	(2.655)	(2.586)	(15.407)	(11.043)
Serviços contábeis, fiscal e societário	-	-	(78)	(154)
Dividendos a pagar	(2.703)	-	-	-
Magazine Luiza S.A.	(5.358)	(2.586)	(15.485)	(11.197)
Locação de imóveis	-	-	-	(4)
PJD Agropastoril Ltda.	-	-	-	(4)
Locação de imóveis (MTG)	(64)	-	(753)	(526)
Assessoria técnica especializada	-	(4)	-	(46)
MTG Adm. Assessoria e Participações S.A.	(64)	(4)	(753)	(572)
Total	(5.422)	(2.590)	(16.238)	(11.773)

A Administradora não possui benefícios de curto e longo prazos, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Essas operações são realizadas em condições, prazos e taxas de mercado compatíveis com as praticadas com terceiros.

17 Gerenciamento de riscos

A Administradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

Risco de crédito

Risco de liquidez

Risco de mercado

Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Administradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

17.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Administradora.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Administradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria, os níveis mínimos de liquidez a ser mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Administradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio.

Dentro desse cenário, a Administradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e as instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional em que a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base em auto avaliação de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Diretoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados à Diretoria.

e. Risco de taxas de juros

A Administradora está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administradora efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando a taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 10,75%. Os efeitos esperados das receitas com aplicações financeiras para os próximos três meses são como segue:

	Administradora		Grupos	
	2021	2020	2021	2020
Aplicação financeira (nota 5)				
Certificados de depósitos bancários	7.810	11.939	-	-
	<u>7.810</u>	<u>11.939</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Títulos e valores mobiliários (nota 6)				
Letras Financeiras	15.319	9.774	-	-
Cotas de fundo de investimentos	34.466	32.408	40.508	39.038
Letras financeira tesouro nacional	860	823	128.241	98.981
Notas do tesouro nacional	8.577	2.492	99.550	55.671
Debentures	1.355	1.536	-	-
Outros			33	5
	<u>60.577</u>	<u>47.033</u>	<u>268.332</u>	<u>193.695</u>
Exposição líquida	<u>68.387</u>	<u>58.972</u>	<u>268.332</u>	<u>193.695</u>
Receita financeira de juros - exposição a CDI	10,75%	1,90%	10,75%	1,90%
Impacto no resultado financeiro, líquido dos impostos:				
Cenário I Provável	1.461	376	5.801	3.627
Cenário II Redução de 25%	1.096	282	4.351	2.720
Cenário III Redução de 50%	730	188	2.901	1.813

18 Outros assuntos

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os resultados divulgados pela Administradora são recorrentes. Dessa forma, não há resultados não recorrentes para os exercícios apresentados.

Desde o início de janeiro de 2020, o surto de coronavírus impactou adversamente as atividades econômicas globais. A administração está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia e os potenciais efeitos nos negócios da Luiza Administradora de Consórcio Ltda. A empresa tomou medidas de curto prazo visando enfrentar a crise, como políticas de negociação com os clientes, quer contemplados, quanto não contemplados para que os mesmos mantivessem ativos seus pagamentos perante os grupos consorciais. Com todas as medidas tomadas acima não houve impactos nos negócios da Administradora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

19 Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem à aqueles que ocorreram entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a sua emissão. Não houve eventos subsequentes relevantes até a emissão das demonstrações financeiras.